

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA



Apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 1139-2020 - Mensagem nº 69-2020, Autoria: Executivo Municipal que “Dispõe sobre o plano diretor do município de Porto Velho.”

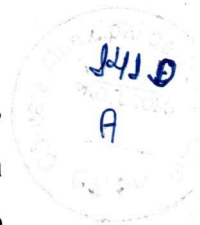
Aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020, reuniu-se a Comissão Mista da Câmara Municipal de Porto Velho, para realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o início previsto às 09:00h, no Salão de Reunião “Bohemundo Alvores Affonso” desta Casa Legislativa, Rua Belém, 139, Bairro Embratel, sob a Presidência do Vereador Marcelo Reis – Presidente da Comissão Permanente de Finanças e de Acompanhamento da Execução Orçamentária. Na abertura da Audiência Pública o Vereador e Presidente da Comissão de Honrarias, o Vereador Da Silva da Sintrrar fez a leitura da Ordem do Dia. Dando início ao debate, o Presidente da Comissão Permanente de Finanças e de Acompanhamento da Execução Orçamentária ressaltou que o Projeto de lei complementar n. 1139/2020 trata -se sobre o plano diretor e cumprimentando os Vereadores presidentes das comissões da Casa Legislativa de Porto Velho. O Vereador Marcelo Reis indagou se tinha algum representante da prefeitura, Secretaria de Obras, Sempog, Semfaz, dentre outras secretarias e no caso de nenhum representante da prefeitura o Vereador Marcelo Reis, solicitou que constasse uma nota de repúdio dos Vereadores da Casa Legislativa de Porto Velho pela inercia dos representantes das Secretarias do Executivo e que a nota de repúdio fosse estendida ao Chefe do Executivo por não destinar representantes da Prefeitura para tratar de um assunto de extremo interesse da sociedade portovelhense e da cidade de Porto Velho, principalmente quando se tratar do Plano Diretor. O Vereador Marcelo Reis ressaltou que este que o Plano Diretor é um dos Projetos mais importante do ano discutido na Casa Legislativa de Porto Velho. Após uma breve leitura do projeto, o Vereador Marcelo Reis, fez algumas ponderações sobre o Projeto, que alguns bairros se encontrava fora do Plano Diretor dentre eles o Setor Chacareiro, e que a Zona Sul da cidade só compreende até o início da Cidade Nova, e nesse caso a Cidade do Lobo,



Caladinho, Monte Sinais não fazem parte do Plano Diretor, por isso a importância do debate do projeto. Em seguida, o Vereador Aleks Palitot saudou os Vereadores presentes na audiência bem como os servidores públicos que participaram na elaboração do Plano Diretor. O Vereador Aleks Palitot acentuou a importância da audiência pública acontecesse em outro momento para houvesse uma divulgação mais ampla da audiência, para que todos tivessem uma participação mais firme e pertinente nas suas demandas. Outro ponto considerado pelo Vereador Aleks Palitot é a necessidade de ouvir o setor chacareiro, os empresários, os munícipes, para que o Plano Diretor possa dar a possibilidade de uma vida melhor para todos os portovelhense. Finalizando a fala do Vereador Aleks Palitot foi dada a palavra o Vereador Jacaré que convidou a Senhora Gabrieli, presidente da Associação de ação popular integrada hortifrutegrangeiro da União, para compor a mesa. O Vereador Marcelo Reis concedeu a palavra a Sra. Gabrieli. A Senhora Gabrieli defendeu que o setor chacareiro permanecessem com status de zona rural. O Vereador Marcelo Reis informou que a solicitação do setor chacareiro seria levada a apreciação e discussão antes da votação do projeto de lei complementar n. 1139/2020. No mais o Vereador Marcelo Reis destacou o que for de interesse da coletividade e dos produtores que vive e produz e que traz alimento para a mesa para a população urbana os vereadores estarão emanados no propósito de buscar a melhor solução para a problemática. Após a conclusão da fala do Vereador Marcelo Reis, a palavra foi dada ao Secretário Edmir Brasil, que explicou que o Plano Diretor tem seis produtos independentes e que o plano foi enviado para a Câmara Municipal de Porto Velho para o debate dos Vereadores juntamente com a população. E que dentre os produtos existem o produto 01 (UM) que trata do anteprojeto de lei complementar, o produto 02 (DOIS) é o uso e ocupação de solo, o produto 03 (TRÊS) é a lei de parcelamento do solo, o produto 04 (QUATRO) é o Código de Obras, o produto 05 (CINCO) é a regulamentação do Código de Obras e o produto 06 (SEIS) é a reestruturação do Conselho da Cidade. O Secretário defendeu que é muito importante a sociedade civil, os vereadores que vão trabalhar no plano, conhecer toda a matéria de que trata o plano diretor, principalmente a matéria do produto 01 (UM), que será responsável pelo desenvolvimento da cidade de Porto Velho nos próximos 10 (anos). O Secretário Edemir Brasil garantiu aos presentes que o

que não haverá alteração no setor chacareiro. O Secretário Edmir Brasil esclareceu que o Plano Diretor está redefinindo a organização do Município de Porto Velho em 04 (quatro) zonas: Baixo madeira, alto madeira, médio madeira e distritos e que o Plano Diretor irá trazer uma demarcação melhor para comunidade ribeirinha. O Secretário disse que o Plano Diretor tem como objetivo tratar a situação do Rio Madeira e as questões socioambientais, devido a região de Porto Velho está inserida num bioma amazônico. E por fim o Secretário destacou que setor industrial está bem tratado no novo projeto de plano diretor. Finalizada a fala do Secretário Ademir Brasil, o Vereador Marcelo Reis assegurou ao Setor Chacareiro que se encontrava presente que teve uma conversa com o Prefeito Hildo Chaves e que o prefeito apresentou uma sugestão para resolver o problema do setor chacareiro e que essa sugestão será colocada como premissa antes da votação do projeto. O Vereador Marcelo Reis deixou claro para os presentes que os vereadores reuniram –se para elaborar uma emenda que permitisse o setor chacareiro ser mantido como zona rural. No mais o Vereador Jacaré agradeceu o Prefeito Hildo Chaves por manter o setor chacareiro como zona rural e posteriormente ressaltou que o homem do campo pode viver sem a cidade, mas a cidade não pode viver sem o homem do campo. Após finalizada a fala do Vereador Jacaré a palavra foi concedida ao Senhor Marcelo Barroso do instituto abraço. O Senhor Marcelo Barroso requereu que constasse em ata a contestação da realização da audiência pública para tratar da discussão do projeto de lei sobre o novo plano diretor, o Senhor Marcelo Reis também argumentou a pouca publicidade da audiência pública para se discutir o novo plano diretor de Porto Velho. O Senhor Marcelo explicou que junto com o setor Chacareiro participou das oficinas e que devido ao grande debate que houve nas oficinas esperava uma audiência pública na Câmara Municipal de Porto Velho com uma divulgação mais ampla. O Vereador Marcelo Reis agradeceu a participação do Sr. Marcelo e falou que suas considerações seriam levadas em consideração pela Câmara Municipal de Porto Velho. Em imediato O Vereador Aleks Palitot sugeriu que segunda audiência que será realizada no dia 02 de dezembro fosse adida para outra semana para uma divulgação mais ampla, no mais o Vereador Aleks Palitot pontuou que as indagações feitas pelas pessoas no chat não estavam sendo respondidas. A palavra foi concedida a Vereadora Joelna Holder que parabenizou o setor chacareiro pela união para

defender seus direitos. A Vereadora Joelna Holder disse que essas audiências públicas é uma oportunidade para os vereadores refletirem o desejo maior da população de Porto Velho e não somente núcleos específicos, pois todos serão alvos das regulamentações normativas por um período de 10 (dez) anos. E que a cidade de Porto Velho é formada pelos núcleos urbanos, rural, ponta do abunã, 319, a região do baixa madeira dentre outros e que o setor chacareiro é um setor importantíssimo e que terá sua parte defendida no plano diretor. Finalizada a fala da Vereadora Joelna Holder o Secretario Edemir finalizou sua fala esclarecendo que todos deveriam tomar conhecimento do que está escrito no Plano Diretor, principalmente do produto 01 (um) e que o Município de Porto Velho nos próximos 10 anos ira se desenvolver e crescer no que tiver descrito na lei e com a aprovação do Plano Diretor e que todas as secretarias deverão seguir o que estiver elencado no Plano Diretor. Por fim, a Senhora Rossilena Marcolino, membro da Concidade, iniciou sua fala dizendo que a discussão do pano diretor é de suma importância para a cidade de Porto Velho e que já existe um debate ocorrendo há algum tempo, contudo a Senhora Rossilena protestou sobre a audiência pública na Casa Legislativa de Porto Velho para tratar sobre o plano diretor está ocorrendo de forma tão imediata, a Senhora Rossilena também se opôs a uma aprovação tão rápida do Plano Diretor. A Senhora Rossilene parabenizou o setor chacareiro pela sua participação, mas argumentou que a não existência de outros setores da cidade participando da audiência pública, como por exemplo o baixa madeira e os munícipes de Porto Velho e que infelizmente os Vereadores nesse momento não representava a população e quem estava fazendo esse papel de representação no momento era o Conselho da Cidade. O Vereador Marcelo Reis rebateu as críticas da Senhora Rossilene e argumentou que a Câmara Municipal de Porto Velho enviou o link das audiências públicas para São Carlos e que São Carlos estava acompanhando as audiências de forma remota e que o link também foi envidado para o Conselho da Cidade e que está é a última audiência pública a ser realizada na casa de leis do Município de Porto Velho, contudo ocorreram 20 (vinte audiências) antes das audiências públicas na Câmara Municipal de Porto Velho. Em conclusão, o Vereador Marcelo Reis agradeceu a presença de todos. E para constar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada.



Servidora:

Bruna Nunes

Bruna Nunes de Assis Caldas

Mat: 84999

Bruna Nunes de Assis Caldas
Analista Legislativo
Dec. nº 469/CMPPV-2019



Departamento Legislativo das Comissões, 04 de dezembro de 2020.